


CARTOGRAFIA FENOMENOLÓGICA DOS CORPOS-TERRITÓRIOS SOBREVIVENTES À TENTATIVA DE FEMINICÍDIO MEDIADA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PHENOMENOLOGICAL CARTOGRAPHY OF BODY-TERRITORIES SURVIVING ATTEMPTED FEMICIDE MEDIATED BY ARTIFICIAL INTELLIGENCE


CARTOGRAFÍA FENOMENOLÓGICA DE LOS CUERPOS-TERRITORIOS SOBREVIVIENTES A LA TENTATIVA DE FEMINICIDIO MEDIADA POR INTELIGENCIA ARTIFICIAL

Danúbia Zanotelli Soares¹

 0000-0002-3951-0951

danubiazanotellisoares853@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva²

 0000-0002-1758-4116

gracinhageo@hotmail.com

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Doutora e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e Graduada em Geografia (FIAR). Professora da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Membro do Grupo de Pesquisa GEPGÊNERO e do Clube de Leitura Lélia Gonzalez. Atua na linha de pesquisa Território e Sociedade na Pan-Amazônia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3951-0951>. E-mail: danubiazanotellisoares853@gmail.com.

2 Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPa) com Pós-Doutorado em Geografia Humana (UEPG). Professora Associada do Departamento e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordenadora do GEPGÊNERO e pesquisadora nas redes RLAGG, RED# e REGGILA, com foco em Geografia, Gênero e Políticas Públicas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1758-4116>. E-mail: gracinhageo@hotmail.com.

Artigo recebido em março de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.



RESUMO: Este artigo analisa o potencial da Inteligência Artificial (IA) na construção de representações cartográficas fenomenológicas na Geografia do Feminicídio. A hipótese assume que a fenomenologia da empatia, mediada por sistemas de visão computacional, mapeia espaços de aprisionamento que evoluem para territórios libertadores. Utilizou-se o ChatGPT com comandos textuais (*prompts*) para a criação de imagens representativas das vivências de mulheres sobreviventes a tentativas de feminicídio. Os resultados indicam que a IA, mediada por uma postura ética e empática, sustenta um mapeamento subjetivo do corpo-território, traduzindo dimensões do vivido como a violação, o trauma intergeracional, a rede de apoio e a reconstrução. Conclui-se que a IA amplia as possibilidades de representação geográfica do espaço vivido, preservando a integridade das experiências. A metodologia demonstra que as vivências das sobreviventes são mais densamente apreendidas quando mediadas por uma coautoria intersubjetiva capaz de traduzir afetividades espaciais em subjetividades territoriais visíveis.

Palavras-chave: Espaço Vivido. Mapeamento Subjetivo. Trauma Intergeracional. Violência de Gênero. Relações de Poder.

ABSTRACT: This article analyzes the potential of Artificial Intelligence (AI) in constructing phenomenological cartographic representations in the Geography of Femicide. The hypothesis assumes that the phenomenology of empathy, mediated by computer vision systems, maps spaces of imprisonment that evolve into liberating territories. ChatGPT with textual commands (*prompts*) was used to create images representative of the experiences of women who survived attempted femicide. The results indicate that AI, mediated by an ethical and empathetic stance, supports a subjective mapping of the body-territory, translating dimensions of lived experience such as violation, intergenerational trauma, support network, and reconstruction. It is concluded that AI expands the possibilities of geographical representation of lived space, preserving the integrity of experiences. The methodology demonstrates that the experiences of survivors are more densely apprehended when mediated by an intersubjective co-authorship capable of translating spatial affectivities into visible territorial subjectivities.

Keywords: Lived Space. Subjective Mapping. Intergenerational Trauma. Gender Violence. Power Relations.

RESUMEN: Este artículo analiza el potencial de la Inteligencia Artificial (IA) en la construcción de representaciones cartográficas fenomenológicas en la Geografía del Feminicidio. La hipótesis parte de la premisa de que la fenomenología de la empatía, mediada por sistemas de visión artificial, mapea espacios de confinamiento que se transforman en territorios liberadores. Se utilizó ChatGPT con comandos textuales (indicadores) para crear imágenes representativas de las experiencias de mujeres que sobrevivieron a un intento de feminicidio. Los resultados indican que la IA, mediada por una postura ética y empática, facilita un mapeo subjetivo del cuerpo-territorio, traduciendo dimensiones de la experiencia vivida como la violación, el trauma intergeneracional, la red de apoyo y la reconstrucción. Se concluye que la IA amplía las posibilidades de representación geográfica del espacio vivido, preservando la integridad de las experiencias. La metodología demuestra que

las experiencias de las sobrevivientes se comprenden con mayor profundidad cuando se media mediante una coautoría intersubjetiva capaz de traducir las afectividades espaciales en subjetividades territoriales visibles.

Palabras clave: Espaço vivido. Mapeo subjetivo. Trauma intergeracional. Violência de gênero. Relaciones de poder.

INTRODUÇÃO

Pensar o corpo-território na discussão sobre o feminicídio, a partir da fenomenologia de Edith Stein (2004), permite observar dimensões que não aparecem imediatamente: as experiências subjetivas da violência. Nesse sentido, observa-se que a violência contra mulheres se espalha pelo espaço e deixa marcas que escapam à observação direta do corpo. Essas vivências são culturas seculares que se apóiam em desigualdades enraizadas, que influenciam no modo de vida contemporâneo.

Neste estudo, a leitura da corporeidade territorializada ganha densidade interpretativa sobre o que é vivido de forma íntima. Ler esses espaços exige percepção aprimorada, considerando o corpo enquanto arquivo de lembranças do vivenciado (Massey, 2005). Diante da limitação das cartografias tradicionais em capturar a densidade dos traumas de gênero, propõe-se uma inovação metodológica: o uso da Inteligência Artificial (IA) como dispositivo de mediação simbólica. Esse processo ocorre por meio de sistemas de signos e símbolos que filtram a realidade. A proposta é fundamentada na necessidade de dar visibilidade ao que Milton Santos (2006) define como a força do vivido no território usado.

Busca-se utilizar o meio técnico-científico-informacional como instrumento de visibilidade das geografias invisibilizadas do corpo. O uso da IA à conversão de relatos em imagens fenomenológicas permite representar dimensões afetivas ignoradas pela cartografia convencional.

Para atender às necessidades investigativas, as cartografias tradicionais, baseadas em números e medidas, não dão conta de traduzir esse tipo de experiência. Ainda mais, quando se observa o espaço percorrido por essas violências, percebe-se que o corpo feminino acaba convertido em território de disputa (Butler, 2017, 2022; Soares, 2019, 2021), sendo alvo de controle e dominação simbólica. Tais elementos escapam aos mapas convencionais, mas insistem em se mostrar nas trajetórias dessas mulheres.

Inspirada por autoras como Zaragocin (2019) e Cabnal (2010), esta perspectiva compreende o organismo como o primeiro território pessoal. Ele é inalienável e indivisível, constituindo o espaço em que as dimensões materiais e imateriais do poder se manifestam. Sob a ótica de Raffestin (1993), o poder é uma relação intrínseca às interações sociais; logo, a violência contra a mulher é uma expressão territorializada de estruturas históricas de dominação.

Aqui, ocorre uma justaposição de escalas: a microfísica do poder de Foucault (2021) atua na tentativa de anular a essência do Eu subjetivo (Stein, 2004). Assim, a violação da dimensão corporal da violência transpassa a barreira física e atinge o espaço existencial da mulher. A agressão, portanto, não se limita à carne. Ela expropria a história pessoal, a memória e a autodeterminação, convertendo o sujeito em um território ocupado por fluxos de opressão.

A análise proposta, fundamentada no referencial steiniano (2005), mostra-se compatível com as concepções de poder em Raffestin (1993) e Foucault (2021). Essas bases permitem compreender as dinâmicas relacionais e sutis que estruturam as interações humanas. Essa articulação possibilita

revelar como o poder – concebido como microfísico, difuso e espacialmente mediado – sustenta formas cotidianas de controle e coerção.

A partir da perspectiva de Haesbaert (2014) sobre a multidimensionalidade territorial e da leitura de Raffestin (1993) acerca do poder como relação, a territorialização da violência revela como as práticas de dominação se inscrevem, simultaneamente, nos espaços e nos corpos. Sob o prisma da Geografia do Feminicídio, o corpo feminino consolida-se como o território primário de controle, violação e resistência (Soares; Nascimento Silva, 2019, 2023).

Assim, a violência não se manifesta apenas no espaço doméstico, convertido em território de medo, mas também no corpo como território sensível e existencial (Zaragocin, 2019; Cabnal, 2010). Essa leitura fenomenológica permite reconhecer que a limitação da liberdade feminina constitui um processo de expropriação simultaneamente espacial e corporal, no qual o poder se materializa na experiência vivida da dor.

O processo de controle sob o sexo feminino ocorre em diversas esferas. O acesso a recursos nas mãos do agressor, por exemplo, funciona como instrumento de poder que cerceia a autonomia. O mesmo ocorre com o domínio sobre a vida social (ir e vir, receber visitas, redes sociais) e até a própria maternidade, onde a prole passa a ser mecanismo de subordinação ao homem. Tudo isto aprofunda a dependência dentro da relação.

Nesse contexto, a eficácia do aparato legal para romper esses ciclos de violência é, muitas vezes, geograficamente condicionada. Segundo Soares *et al.* (2025), a aplicação da norma penal frente ao feminicídio aponta para “desertos de justiça” em regiões com vazios institucionais. Nesses locais, a proteção legal prometida é limitada. Isso evidencia que a tipificação do crime, embora consolidada juridicamente, enfrenta barreiras territoriais que podem torná-la um placebo legislativo.

A microfísica do poder de Foucault (2021) ajuda a entender como essa dominação se desdobra de maneira sutil no cotidiano íntimo. Haesbaert (2020), seguindo na mesma direção, acentua que o poder se territorializa nas dimensões materiais e políticas das relações. Durante esse processo, o espaço doméstico se transforma em um campo silencioso de controle.

Sob a ótica da teoria relacional de Raffestin (1993), por conseguinte, compreende-se que o poder se manifesta como uma prática espacial presente em todas as interações sociais. Essa abordagem convida o leitor a olhar para o feminicídio a partir das vivências e territorialidades das mulheres, de modo a expor como a violência se inscreve nos corpos e nos lugares.

O território pode ser compreendido como uma construção multidimensional, historicamente situada e atravessada por materialidades, símbolos e relações de poder (Haesbaert, 2014). Quando essa chave analítica é tensionada pelo debate sobre as violências de gênero, percebe-se que tais experiências se inscrevem no próprio corpo feminino. Este passa a operar como território de disputas, controle e afirmação identitária (Haesbaert, 2020).

O objetivo geral é analisar o potencial do uso da Inteligência Artificial (IA) na construção de representações cartográficas fenomenológicas na Geografia do Feminicídio, tomando como referência a abordagem de Stein (2004). Busca-se compreender de que modo a IA, quando orientada por uma postura ética de quem pesquisa, pode constituir-se como instrumento de coautoria simbólica. O intuito é auxiliar na tradução das rugosidades afetivas e na expressão visual da soberania ou violação da territorialidade corporal, do sofrimento e da resistência de mulheres sobreviventes abrigadas em casas de apoio.

Os objetivos específicos são três: i) Aplicar a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) na análise dos relatos das sobreviventes, a fim de apreender os significados subjetivos e espaciais da experiência; ii) Explorar o uso de IA como ferramenta de mapeamento subjetivo para a produção de imagens que expressem sentimentos e territorialidades narradas; iii) Avaliar a contribuição epistemológica da IA a pesquisas qualitativas na Geografia, com discussões sobre seus limites e implicações éticas para a produção de um conhecimento empático.

Considera-se a ampliação de métodos de representação geográfica para incluir dimensões subjetivas do espaço vivido (Soares *et al.*, 2025). Assim, o uso da IA se torna eficaz nos estudos fenomenológicos ao construir cartografias que representam o sentimento. Nesse contexto, a imagem supera o aspecto de mera ilustração, pois é uma narrativa visual do vivido. Desse modo, a expressão visual prescinde de palavras para comunicar a experiência da entrevistada e da pessoa que investiga.

Diante da limitação das cartografias tradicionais em capturar a dimensão vivida da violência, este artigo propõe e testa um método inovador que articula a perspectiva steiniana com a geração de imagens por IA para produzir cartografias simbólicas do corpo-espaço.

Trabalhar com IA na ciência geográfica é incomum, principalmente no que se refere à geografia do feminicídio, normalmente pautada em dados estatísticos. No entanto, ela surge como possibilidade epistemológica diante da urgência de novas metodologias de visibilidade para a experiência humana, principalmente quanto à dramaticidade espacial da violência de gênero.

A proposta é usar a IA como um dispositivo de mediação simbólica, tal qual apresentada nos estudos de Nardon *et al.* (2025). A ferramenta atua na tradução de dimensões afetivas e existenciais que, muitas vezes, escapam à cartografia tradicional (Pimentel; Branco; Ferrão, 2025).

Longe de uma pretensa autonomia algorítmica, a metodologia aqui proposta reivindica o aprofundamento da hermenêutica do vivido. A pesquisa, ancorada na fenomenologia de Edith Stein, exerce uma coautoria ética onde o algoritmo não conduz; ele é tencionado pelos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), convertendo essências fenomenológicas em representações espaciais densas de sentido.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada na fenomenologia da empatia de Edith Stein (2005). O método indutivo foi adotado, partindo das experiências particulares das entrevistadas para a construção de compreensões universais sobre o fenômeno da violência contra a mulher em Rondônia. A proposta steiniana é de uma fenomenologia empática de um caminho de coautoria e reconstrução de sentido, no qual quem pesquisa se torna testemunha ativa da experiência de sofrimento e resistência das mulheres.

Com base na empatia como forma de conhecimento, essa perspectiva se distingue da simples simpatia emocional ou do mero colocar-se no lugar do outro. Nesse processo, o pesquisador posiciona-se e é aceito como coautor das experiências do indivíduo participante, contudo, faz isso sem se apropriar da experiência alheia.

Para esta pesquisa participaram seis mulheres que se encontram abrigadas numa Casa de apoio em um município rondoniense. A pesquisa conta com parecer consubstanciado aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. A escolha foi por elas terem vivido um ciclo de violência por mais de um ano e cujo ciclo foi interrompido apenas após a tentativa de feminicídio. Isso levou a justiça a direcionar a tutela estatal.

Etapas do procedimento fenomenológico

Para aplicar essa fenomenologia à pesquisa geográfica, seguiram-se os seguintes passos metodológicos: i) Suspensão do juízo (Epoché): suspensão de crenças e julgamentos prévios sobre o fenômeno; ii) Ato empático como conhecimento: compreensão do sentimento do outro como fenômeno, sem reduzi-lo à experiência da pesquisa; iii) Coautoria empática: postura de testemunha ativa e mediadora da experiência do outro; iv) Descrição fidedigna: fidelidade às narrativas vividas, respeitando suas nuances e sentidos; v) Busca da essência: apreensão do significado compartilhado das vivências relatadas.

A fenomenologia da empatia orienta, assim, o olhar de quem realiza a pesquisa e legitima o processo de criação imagética como ato ético, estético e compreensivo.

Procedimentos de campo e análise discursiva

Os dados foram coletados durante a pesquisa de doutorado em Geografia (2024), por meio de entrevistas com seis mulheres sobreviventes de tentativa de feminicídio, abrigadas em uma casa de apoio a vítimas de violência doméstica no ano de 2023/2024. As participantes consentiram em compartilhar suas narrativas sob a ótica da empatia, preservando-se o anonimato e o respeito às experiências relatadas.

Para a análise das entrevistas, aplicou-se a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), conforme Lefèbvre e Lefèbvre (2003), em três etapas: i) Identificação das Ideias Centrais (ICs) de cada depoimento; ii) Seleção das Expressões-Chave (ECHs) que representam essas ideias; iii) Construção dos DSCs a partir das ECHs, utilizando a primeira pessoa do plural (“nós”) para expressar a voz coletiva.

Os DSCs resultantes sintetizam percepções e sentimentos compartilhados sobre temas como violência, culpabilização, impacto familiar, rede de apoio e reconstrução, sem apagar as singularidades das narrativas.

A aplicação da metodologia do DSC às entrevistas permitiu a identificação de seis Ideias Centrais (ICs) que sintetizam os eixos de sentido compartilhados nas narrativas das mulheres. O Quadro 1 apresenta uma descrição fenomenológica de cada IC e sua correspondência com os DSCs que serão apresentados e analisados na seção seguinte.

Quadro 1. Ideias Centrais (ICs) identificadas nos depoimentos e síntese dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSC)

Ideia Central (IC)	Descrição Fenomenológica da IC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) Correspondente
IC 1: Corpo como Território Violado	A percepção do corpo feminino como o primeiro e principal território invadido, onde a violência física, psicológica e simbólica se inscreve como marcas e memórias indelévels, transformando-o em um campo de batalha.	DSC 1: Sobre a Experiência da Violência e o Corpo como Território
IC 2: Culpabilização e Cultura Machista	A experiência de ter a responsabilidade pela violência atribuída a si mesma por parte do agressor e/ou da sociedade, enredando a mulher em uma rede discursiva de justificativas machistas (ciúme, provocação, desobediência).	DSC 2: Sobre a culpabilização da vítima e a cultura machista
IC 3: Violência como Continuum	A compreensão da violência como um processo contínuo e escalonável, que se inicia com formas sutis (controle, xingamentos) e evolui para agressões físicas e tentativas de homicídio, permeando diferentes espaços da vida.	DSC 3: Sobre a Violência como Processo Contínuo (Continuum)
IC 4: Impacto Intergeracional	A consciência aguda de que a violência testemunhada pelos filhos gera marcas profundas em seu desenvolvimento emocional, perpetuando um ciclo de trauma que se transmite entre gerações.	DSC 4: Sobre os Filhos e o Impacto Intergeracional
IC 5: Rede de Apoio como Território de Reparação	A vivência do abrigo ou da rede de apoio como um espaço territorial de segurança, acolhimento e reconstrução, que se contrapõe ao território de medo do lar violento, apontando também para as falhas sistêmicas nessa rede.	DSC 5: Sobre a importância da rede de apoio e do acolhimento
IC 6: Reconstrução e Liberdade	A experiência de renascimento, recuperação da autonomia e reapropriação do corpo-território após a saída do ciclo violento, simbolizada pela reconquista do sorriso, da esperança e do projeto de vida independente.	DSC 6: Sobre a reconstrução e a vida longe do agressor

Fonte: Elaborado pelas autoras para esta pesquisa (2026).

Uma vez organizados os DSCs a narrativa coletiva foi alinhada para a geração de imagens, onde cada IC, expressa na primeira pessoa do plural, serviu como base fenomenológica para a elaboração dos prompts submetidos à ferramenta de IA. Assim, as cartografias produzidas tratam da materialização visual da essência das experiências vividas, mediadas pela empatia de quem realiza a pesquisa e pelo instrumental tecnológico escolhido como metodologia emergente.

O processo de criação: da empatia à imagem

Nesta investigação, o sistema de Inteligência Artificial foi usado como um instrumento interpretativo e mediador simbólico que busca captar o discurso das seis entrevistadas, preservando a autoria intelectual humana. A metodologia rompeu com a neutralidade algorítmica, no momento em que o estudo manteve as pesquisadoras como instância de mediação ética e estética entre o relato e a imagem. As imagens foram produzidas a partir dos DSCs, convertidos em comandos textuais (prompts) para geração imagética por IA. Com este cuidado, garantiu-se que a representação visual fosse uma representação imagética do espaço vivido pelas seis sobreviventes da violência de gênero.

Etapas do processo empático e imagético

O processo de tradução dos discursos em imagens seguiu um protocolo fenomenológico-empático, em que cada fase gerou um comando textual (*prompt*) específico. Esse procedimento garantiu a transparência e reprodutibilidade metodológica de forma que manteve a coerência ética entre narrativa e representação visual (Quadro 2).

As falas sintetizadas pelo DSC serviram de base fenomenológica para a criação das imagens. O objetivo não foi reproduzir literalmente os eventos, mas representar visualmente os sentimentos e significados presentes nos discursos – medo, dor, esperança, reconstrução –, compondo cartografias sensíveis do corpo-território violado e resistente.

Uso responsável da IA

A ferramenta de IA (ChatGPT, modelo GPT-5, 2025) foi utilizada exclusivamente para a geração de imagens cartográficas ilustrativas, sob supervisão integral da equipe de investigação. O objetivo foi representar visualmente experiências fenomenológicas descritas nas entrevistas, garantindo que nenhum texto científico fosse produzido pela ferramenta.

Essa integração entre empatia fenomenológica, metodologia do DSC e mediação tecnológica constitui uma proposta inovadora para a Geografia Humanista e Feminista. A abordagem busca mapear o invisível: as emoções, afetos e resistências que moldam os territórios da violência e da sobrevivência feminina.

A criação imagética é uma extensão do ato empático que dialoga com a experiência, a palavra e a imagem. Nesse fluxo, cada *prompt* de IA corresponde a uma etapa do estudo fenomenológico da corporeidade territorializada. O processo de transposição do referencial fenomenológico para a imagem por IA encontra-se descrito no Quadro 2:

Quadro 2. Processo de criação cartográfica

Fase Fenomenológica (Stein)	Base Empírica (DSC)	Procedimento com IA (Prompt síntese)	Critério de Seleção da Imagem
1. Ato Empático como Conhecimento (DSC 1: Corpo como Território Violado)	Corpo como primeiro território violado; dor inscrita na pele e na memória.	Criar uma ilustração simbólica do corpo-território feminino violado e resistente, enfatizando a dor internalizada e a memória coletiva.	Imagem que traduz a sensação de violação e resistência, evitando literalismo e priorizando o simbolismo poético.
2. Descrição Fidedigna (DSC 2: Culpabilização e Cultura Machista)	Sentimento de aprisionamento e culpabilização; cultura machista e controle simbólico.	Mapa mental abstrato com figura feminina envolta em teia de palavras (“culpa”, “ciúme”, “provocação”).	Imagem que comunica o aprisionamento discursivo e a violência simbólica sem exposição do corpo.
3. Busca da Essência (DSC 3: Violência como Continuum)	Violência como processo crescente e contínuo.	Imagem semiabstrata com gradiente de cores escuras e formas espirais que representam a escalada da violência.	Imagem que expressa a progressão temporal da violência e o aumento da opressão.
4. Coautoria Empática (DSC 4: Impacto Intergeracional)	Dor materna e trauma herdado pelos filhos.	Gerar imagem simbólica de mulher cuja sombra se desdobra em silhuetas de crianças, unidas por fios de dor e afeto.	Imagem que expressa a transmissão do trauma e a conexão entre gerações.
5. Busca da Essência (reparação) (DSC 5: Rede de Apoio)	O abrigo como território de reparação e reconstrução.	Criar pintura simbólica com figura feminina envolta por elementos naturais (raízes, flores, rios) simbolizando acolhimento e renascimento.	Imagem que equilibra o caos externo e a serenidade interna da reconstrução.
6. Coautoria Empática (libertação) (DSC 6: Reconstrução e Liberdade)	Renascimento e reconquista do corpo-território.	Painel narrativo (6 quadros) da opressão à libertação; transição cromática do escuro ao dourado.	Imagem que evoca alívio, esperança e reapropriação simbólica do corpo e do espaço.

Fonte: Elaborado pelas autoras para esta pesquisa (2025).

O Quadro 2 sintetiza as etapas de conversão dos DSCs em representações visuais mediadas por IA. Esse guia ocorreu sob efeito da responsabilidade epistemológica, com o compromisso de preservar a integridade das experiências vivenciadas das mulheres entrevistadas. Foi apropriada a realização cartográfica, pois, a cartografia gerada mostra o quão utilitário é o dispositivo interpretativo, fenomenológico e sua importância para a interpretação coesa da violência e da resiliência feminina no espaço geográfico.

Limitações e Reflexões sobre a Mediação Metodológica

A articulação entre o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a Inteligência Artificial (IA), embora inovadora, está sujeita às camadas de mediação que demandam reflexão crítica. O próprio DSC, ao sintetizar vozes individuais em uma narrativa coletiva, promove uma inevitável homogeneização e apagamento de nuances, que cria um “sujeito” que evidencia padrões, ao mesmo tempo em que mantém a complexidade de cada história de vida.

Esta síntese é filtrada pela subjetividade de quem investiga na elaboração dos prompts para a IA. Este é um ato hermenêutico, isso, acontece por haver seleção do que é essencial no discurso das mulheres entrevistadas, faz a tradução que converte os conceitos fenomenológicos em termos visuais que a IA processa, numa lúcida conversão simbólica de linguagens. Também ocorre o enquadramento teórico, o que na geografia humanista, aqui praticada, foi solicitada uma topografia emocional.

Portanto, o método proposto nesse estudo reafirma a responsabilidade interpretativa, exigindo uma vigilância ética dupla: sobre os efeitos de síntese do DSC e sobre os riscos de uma mediação algorítmica na representação de experiências. A validade do processo reside justamente no reconhecimento transparente dessas camadas de mediação, posicionando a IA não como uma produtora de verdades, mas como um instrumento de ampliação do diálogo entre a pesquisa geográfica e a dimensão inefável do corpo-território.

A articulação entre fenomenologia e IA possibilitou representar visualmente emoções e experiências associadas à violência de gênero. Este procedimento metodológico prioriza a essência qualitativa em detrimento da precisão métrica convencional. Nela, a imagem atua como um dispositivo de visibilidade para o drama espacial das agressões sofridas, revelando dimensões que os métodos tradicionais não conseguem alcançar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DISCURSOS ÀS CARTOGRAFIAS DO CORPO-TERRITÓRIO

As narrativas foram examinadas por meio da Análise do Discurso Coletivo (ADC), método que busca identificar ideias centrais e representações compartilhadas entre os sujeitos. A fenomenologia foi utilizada como lente interpretativa para revelar os sentidos do espaço vivido e do corpo-território presente nos discursos.

DSC 1: Sobre a Experiência da Violência e o Corpo como Território

Foi no corpo da gente que sentimos primeiro que eles entraram sem pedir e fizeram o que quiseram. A maldade não ficou marcada só na pele da gente, não. Elas ficaram registradas na nossa cabeça, na nossa lembrança. Quando a gente olha para uma cicatriz, a gente lembra de toda a ‘porrada’ e de todo o sofrimento que a gente passou. Eles faziam de tudo: falavam um monte de desaforo, quebravam as nossas coisas, rasgavam as roupas obrigavam a gente a fazer o que não queria na cama e mexiam com a nossa cabeça até a gente duvidar de nós mesmas. A gente era xingada de tudo que é nome, eles mandavam na nossa vida e viviam ameaçando a gente. Pra fazer tudo isso, eles falavam que era por causa de ciúme e a gente ainda estava errada. Botavam a culpa na gente pelas agressões. Imagina, se a gente queria apanhar! A verdade é que, mesmo depois que a gente conseguiu se livrar, o medo anda junto com a gente, grudado. Nossos corpos, que eram pra ser só nossos, viraram uma zona de guerra, um lugar de briga sem fim (DSC 1).

O relato coletivo estabelece a corporeidade como o “primeiro território invadido”. Como leciona Haesbaert (2020), o corpo é o espaço onde a violência se territorializa, tornando explícitas as lógicas de dominação e captura. Com base nessa premissa, a Figura 1 resulta da percepção e coautoria entre pesquisadora e tecnologia, gerando uma representação visual desse espaço de inscrição da dor. É notória a substituição de métricas físicas por geografias do trauma, nas quais o doméstico, o hospitalar e o público se fundem em dimensões simbólicas da violência estrutural.

O processo de criação cartográfica, que transita da experiência fenomenológica até a geração de imagens por IA, inicia-se com o ato empático como via de conhecimento. Nesta primeira fase, a premissa fundamental é a compreensão do organismo como um espaço de ocupação, ideia que o transforma em um “campo de batalha”. A dor experienciada transcende o físico; é memória inscrita na pele, na carne e, sobretudo, no Eu feminino.

O ciclo de violência, investigado por Walker (1979) desde a década de 1970, manifesta-se em etapas distintas, englobando as dimensões física, psicológica, simbólica e estrutural (Walker, 2006). Nesse sentido, Khanna e Sachdeva (2015) consideram que a mulher em situação de violência, por meio de suas lembranças, revive o trauma e experimenta o sofrimento psíquico como se ocorresse no presente.

Para traduzir o conceito de “ciclo de violência”, utilizou-se a IA para gerar uma composição simbólica distanciada do sentido literal, conforme observado na Figura 1. O critério de seleção priorizou a imagem que melhor transmitisse a sensação de violação da soberania corporal. A composição visual foca na dor internalizada e nas estruturas que precedem a agressão fatal: o feminicídio.

Figura 1. Corpo como Território Violado



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

Esta representação visual materializa a concepção de que o poder patriarcal produz uma anatomia política do corpo feminino, resultando em sua fragmentação e colonização. As fissuras na silhueta não são meras marcas, mas as fronteiras simbólicas de uma territorialidade agredida.

A Figura 1 mostra, ainda, uma escala de confinamento que remete à técnica mobilizada por Santos (2026), a qual expõe um controle social e simbólico. A silhueta feminina fragmentada evidencia a construção de uma “prisão cotidiana”, que extrapola os danos físicos. As fissuras, portanto, são as marcas da desterritorialização do Eu.

DSC 2: Sobre a culpabilização da vítima e a cultura machista

Eles sempre jogavam a culpa em nós. Diziam que éramos nós que provocávamos, que olhávamos para outros homens, que não obedecíamos. A culpa era sempre nossa, mesmo quando não tínhamos feito nada. A sociedade também nos culpa, como se a violência que sofremos fosse nossa responsabilidade. Vemos que as leis até existem, mas não são aplicadas direito. Muitas de nós não denunciemos porque tínhamos medo ou éramos impedidas por eles. Acreditamos que as leis são necessárias, mas precisam ser cumpridas (DSC 2).

A segunda fase da análise aborda a complexa rede discursiva de culpabilização fundamentada nas relações desiguais de gênero. O eixo estruturante apreendido é o de um enredamento em acusações

infundadas, no qual a responsabilidade pela agressão é projetada sobre a mulher, criando uma “prisão discursiva” (Foucault, 2008).

O processo com a IA buscou visualizar essa dimensão imaterial da opressão por meio de um mapa mental abstrato, onde a figura feminina aparece envolta por uma malha tecida por termos como “culpa” e “ciúme”. A imagem selecionada (Figura 2) comunica a claustrofobia e o aprisionamento não físico, mapeando a “voz” coletiva que relata essa percepção distorcida da realidade.

Figura 2. Cartografia da Culpabilização da Vítima



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

O discurso coletivo demonstra como se opera a violência simbólica. Nela, a projeção da culpa sobre a mulher constitui uma agressão que, por vezes, reside nas “entrelinhas” do cotidiano. Observa-se que a imagem revela essa estigmatização como uma tecnologia espacial de controle, que converte a subjetividade feminina em um espaço discursivo ocupado por mandatos machistas.

A representação visual da Figura 2 demonstra o aprisionamento simbólico por meio de uma teia vermelha. Este elemento simboliza a internalização de um sentimento de responsabilidade indevido, imposto não apenas pelo agressor direto, mas por uma tríade opressora: o homem que agride e silencia; a sociedade que julga a vítima; e os organismos governamentais que, por possuírem em sua estrutura agentes despreparados, perpetuam a desassistência. Esse conjunto constitui uma malha que imobiliza o Eu no espaço imaterial da existência.

É necessário frisar que essa rede de palavras funciona como uma malha territorial invisível. A violência simbólica é o fluxo constante que satura o espaço doméstico, transformando-o de abrigo em prisão (Soares; Cerqueira, 2020). A cartografia revela que, antes do feminicídio físico, ocorre um aniquilamento simbólico por meio do cerceamento da mobilidade e do discurso. Em suma, essa territorialização do estigma precede e sustenta a agressão física, produzindo um espaço relacional onde a mulher é confinada à condição de sujeito culpabilizado antes mesmo de qualquer violação corporal direta.

DSC 3: Sobre a Violência como Processo Continuum

A violência não começou do nada. Foi um processo que foi piorando com o tempo. Primeiro eram os xingamentos, o controle, os ciúmes. Depois vieram as agressões físicas, as ameaças de morte. Muitas de nós presenciamos violência quando éramos crianças, e eles também viram seus pais agredindo suas mães. É um ciclo que se repete. Eles tentaram nos matar de várias formas: com faca, com corda, com o carro. A violência não tinha um lugar certo: acontecia em casa, na rua, no trabalho. O lar, que deveria ser um lugar seguro, virou um lugar de medo (DSC 3).

O relato coletivo auxilia na compreensão da violência como um *continuum*: um processo insidioso, cumulativo e crescente. Para representar a essência dessa progressão, a IA sintetiza o fenômeno que se infiltra em todos os espaços vivenciados. Essa dinâmica transforma a casa – que, como leciona Bollnow (2008), deveria ser o centro do abrigo – em um território de medo constante, configurando um “espaço nebuloso”. A percepção da violência como um processo contínuo é fundamental para uma geografia do cotidiano de mulheres que atravessam relações abusivas.

A representação visual dessa escalada utiliza elementos como espirais para simbolizar a intensificação das agressões. A composição final (Figura 3) foi escolhida por sua capacidade de narrar a ubiquidade do medo e a deterioração da experiência espaço-temporal, evidenciando um fenômeno sem um ponto de início ou fim claramente definidos.

Figura 3. Cartografia da violência vivenciada como Processo Contínuo (Continuum)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

As imagens da Figura 3 representam um círculo aberto. Esse formato ilustra o intervalo temporal no qual o agressor demonstra arrependimento e simula autocontrole, ocultando sua natureza violenta (como sugerido na primeira imagem da composição). Esse ciclo ocorre como uma espiral espaço-temporal que se expande e se infiltra progressivamente em todos os domínios da vida, do ambiente doméstico ao laboral. Sistemáticamente, a mulher é levada a acreditar em uma mudança de comportamento; contudo, o surgimento de novos sinais de alerta reinicia o fluxo de agressões e o subsequente ciclo de “arrependimento”.

DSC 4: Sobre os Filhos e o Impacto Intergeracional

Nossos filhos presenciaram tudo. Eles viram as agressões, tentaram nos defender, e hoje carregam marcas desse sofrimento. Uns têm medo, outros têm raiva. Os mais novos choravam, os mais velhos se metiam no meio das brigas. Sabemos que isso afeta o desenvolvimento deles, causa ansiedade, medo, problemas na escola. Eles internalizam a violência e podem reproduzir isso no futuro. É uma dor que passa de geração em geração. Por isto procuramos ser fortes, pela gente e pelos nossos filhos, para eles saírem do fogo cruzado (DSC 4).

Esta fase da análise revela o trauma como uma sombra que se projeta sobre o futuro, ampliando a compreensão sobre a dor da violência sofrida. A representação cartográfica é centrada na figura feminina e no trauma testemunhado e herdado por seus descendentes, conforme descrito no DSC 4. A imagem selecionada (Figura 4) foi a que melhor expressou a conexão visceral e transgeracional, capturando a dimensão de uma “herança” dolorosa que tende à perpetuação do ciclo de agressões.

Figura 4. Cartografia afetiva do trauma intergeracional



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

A imagem da transmissão intergeracional representa uma forma específica de produção do espaço, na qual o território da violência se expande para além do corpo inicialmente agredido. A fluidez na representação do corpo materno configura uma fronteira porosa: um território de mediação que, simultaneamente, transmite e filtra o trauma. Essa reconfiguração espacial e emocional projeta um campo de forças onde se busca a interrupção dos ciclos de opressão.

A transição entre as Figuras 3 e 4 demonstra que o sistema da violência não é estático; ele constitui um *continuum* que transborda as fronteiras do indivíduo. Enquanto a espiral da Figura 3 materializa a aceleração dos fluxos de agressão, a Figura 4 revela uma verdadeira geopolítica do trauma. Nela, as silhuetas das crianças, conectadas à mãe por sombras e “fios de dor”, demonstram que o território violado projeta suas rugosidades no futuro. Não se trata apenas de um sofrimento emocional isolado, mas de uma ocupação do tempo vivido das próximas gerações. Isso evidencia que a violência doméstica é uma patologia espacial capaz de corroer o tecido social e familiar de forma intergeracional.

DSC 5: Sobre a importância da rede de apoio e do acolhimento

A Casa de apoio foi uma forma de sair do inferno que a gente vivia com o nosso companheiro. Aqui a gente saía mais seguras, acolhidas e as pessoas nos respeitavam. Encontramos outras mulheres que passaram pelo mesmo, e isso nos fortalece. Participamos de rodas de conversa, terapias, atividades que nos ajudam a ressignificar nossa dor. Mas sabemos que a rede de apoio ainda é falha. Muitas vezes, quando procurávamos ajuda, assim a gente éramos revitimizadas. Precisamos de políticas públicas que funcionem de verdade, de profissionais capacitados, de um atendimento humanizado. Só assim a gente podemos reconstruir nossas vidas (DSC 5).

O relato coletivo final revela o papel crucial das redes de suporte na interrupção do ciclo de violações. O abrigo deixa de ser apenas uma estrutura física para se tornar um espaço de acolhimento e ressignificação da dor. Para traduzir essa transição do “inferno” doméstico para a segurança institucional, a IA foi orientada a gerar uma representação que fundisse o renascimento subjetivo à reconexão com o espaço. A composição visual busca materializar a esperança e a reconstrução da autonomia, transformando o trauma em uma potência de vida fundamentada no apoio mútuo e em políticas públicas de proteção.

Figura 5. Cartografia do abrigo como território de reparação e reconstrução



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

O abrigo citado no DSC 5 emerge como um contraterritório por excelência; trata-se de um espaço construído em oposição à territorialidade do agressor. A Figura 5 sintetiza essa função afetiva e política. Nela, a imagem da mulher enraizada, com o mapa do Brasil no ventre, representa a ressignificação da corporeidade em escala nacional. As raízes simbolizam a reconexão com uma soberania territorial outrora negada, enquanto as figuras ancestrais ao fundo apontam para uma linhagem histórica de resistência feminina. O abrigo, como lugar seguro, constitui um dispositivo geográfico de descolonização do corpo e do espaço vivido.

DSC 6: Sobre a reconstrução e a vida longe do agressor

Longe deles, conseguimos respirar de novo. A gente era triste e vivia com medo. Aqui no abrigo, nosso sorriso voltou, nossa esperança renasceu. Parece que a gente renasceu. Já não somos mais as mulheres tristes e aprisionadas que chegou aqui. Lógico que ainda temos medo e incertezas, mas estamos recuperando nossa autonomia. Queremos trabalhar, ser independentes, cuidar de nossos filhos. Sabemos que a caminhada é longa, mas agora temos forças para seguir em frente. A gente se sentia presa, como na época da escravidão, agora o Mundo parece pequeno para fazer tudo o que não tínhamos coragem quando 'ele' nos mantinha aprisionadas pelas ameaças e explorava nossos 'fantasmas', que nos amedrontavam (DSC 6).

O ciclo analítico culmina na investigação dedicada à reconstrução e à conquista da liberdade. O sentimento de renascimento e a recuperação da posse sobre a própria territorialidade corporal constituíram os eixos estruturantes desta fase. Trata-se da retomada do Eu – um tônico que alimenta a esperança de uma vida distante do agressor. Essa reviravolta no modo de vida está intrinsecamente ligada à resistência contra quaisquer formas de opressão, representando a quebra definitiva do ciclo de violência e a reorganização do espaço vivenciado, com o abandono da submissão outrora imposta.

A representação visual desta jornada foi estruturada em uma sequência que transita da opressão à autonomia. A gradação cromática, que evolui de tons sombrios para o dourado vibrante, funciona como uma metáfora visual da cura e da transição da falta de perspectivas para a concretização do desejo de paz. A imagem final (Figura 6) foi selecionada por sua capacidade de evocar alívio e esperança, alinhando-se à narrativa coletiva de resiliência, na qual o “sorriso retorna” e o espaço existencial feminino é finalmente reclamado.

Figura 6. Cartografia da reconstrução e a vida longe do agressor



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025), com apoio da ferramenta de IA ChatGPT (modelo GPT-5).

É fundamental considerar que a nudez nas imagens da Figura 6 reflete a reivindicação de um organismo autônomo e soberano, distanciando-se radicalmente de qualquer perspectiva de objetificação. O discurso descreve um processo de reapropriação do Eu-território, simbolizado no renascimento da alegria e na presença de elementos naturais (sol, pássaros, jardins). A sequência de seis quadros cartografa

essa jornada de emancipação: a transição de cenas escuras de aprisionamento para composições claras de celebração coletiva espelha a passagem da desterritorialização para a libertação.

O quadro final da Figura 6, que destaca a figura feminina de braços abertos sob uma luz dourada, corresponde ao sentido de “respirar de novo” e à “esperança renascida” presentes no DSC 6. É o clímax de uma nova espacialidade. A presença de outras mulheres na composição consolida a celebração daquelas que, embora em contextos distintos, compartilham a superação da violência.

A transição cromática observada entre as Figuras 5 e 6 – do caos sombrio à luminosidade – cartografa o processo de reterritorialização. Enquanto o abrigo (Figura 5) emerge como um contraterritório de resistência onde a mulher se enraíza, a Figura 6 encerra a análise sistêmica evidenciando que a reconstrução é, em última instância, uma reconquista espacial. A mulher volta a ocupar o mundo, expandindo fronteiras existenciais antes limitadas pelo medo. A nudez e os braços abertos simbolizam o corpo que deixa de ser um “campo de batalha” para tornar-se, novamente, um território de autonomia e projeto de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre o Discurso do Sujeito Coletivo e o referencial fenomenológico demonstrou que a Inteligência Artificial pode contribuir de modo consistente para a análise geográfica qualitativa. No âmbito desta investigação, a tecnologia atuou como um dispositivo de mediação sensível, operando a transposição das experiências vividas para a linguagem visual. Tal recurso permitiu que os registros das subjetividades fossem examinados sob categorias clássicas da Geografia, ampliando a compreensão da corporeidade feminina enquanto espaço de inscrição de memórias e relações de poder.

A materialização visual das vivências de sobreviventes de violência permitiu que o corpo fosse compreendido em sua totalidade política e existencial. Nesse processo, a imagem superou a condição de mera ilustração técnica para alcançar o patamar de expressão simbólica do vivido. A técnica, rigorosamente subordinada à ética e à empatia, possibilitou que as trajetórias dessas mulheres superassem a barreira da invisibilidade, convertendo relatos de dor em cartografias de resistência.

O diferencial desta abordagem reside na coautoria mediada: o pesquisador atua como elo entre a narrativa emocional e a forma visual, garantindo que a tecnologia sirva à humanização do dado em oposição à frieza das estatísticas convencionais. Assim, a Geografia do Feminicídio ganha um dispositivo potente para denunciar a dramaticidade espacial da violência e, simultaneamente, celebrar os processos de reterritorialização e autonomia.

Conclui-se que a IA, quando orientada pelo rigor fenomenológico, consolida-se como uma ferramenta significativa para o mapeamento das geografias invisíveis. Esta pesquisa entrega uma metodologia que preserva a dignidade do sujeito-território, propondo que futuras investigações aprofundem o uso dessas “técnicas decoloniais” de representação, mantendo o compromisso inegociável com a integridade da experiência humana.

REFERÊNCIAS

- BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Trad. de A. L. S. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto** (Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Trad.; 5 ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2017,
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2022. 400 p. E-book. ISBN 978-950-12-0457-5.
- CABNAL, L. **Tierra, cuerpo y territorio: cuerpoterritorio como categoría de análisis feminista comunitaria**. Guatemala: Tz'unun, 2010.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- KHANNA, D.; SACHDEVA, A. Battered Woman Syndrome: Its Repercussions and Implications on Women of the Present Era. **International Journal of Clinical and Experimental Medical Sciences**, v. 1, n. 2, p. 7-10, 2015. DOI: 10.11648/j.ijcems.20150102.11.
- LEFÈBVRE, F.; LEFÈBVRE, A. M. C. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Liber Livro, 2014.
- MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage, 2005.
- NARDON, L.; BRÜNING, C.; VALGARDSSON, S.; BUSATO, M. AI-image generation in research interviews: opportunities and challenges. **The International Journal of Qualitative Methods**, v. 24, 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069251333335>. Acesso em: 11 fev. 2026.
- PIMENTEL, R.; CASTELO BRANCO, K.; FERRÃO, I. Mapas de resistência: Inteligência Artificial no combate ao feminicídio. **Women In Information Technology (WIT)**, 19. , 2025, Maceió/AL. ANAIS *do* XIX Women in Information Technology. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 907-916. ISSN 2763-8626. DOI: <https://doi.org/10.5753/wit.2025.9343>.
- STEIN, E.. **Sobre o problema da empatia**. Madrid: Trotta, 2004.
- WALKER, L. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.
- WALKER, L. E. A. The battered woman syndrome. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1087, n. 1, p. 142-157, 2006. DOI: <https://10.1196/annals.1385.023>.
- ZARAGOCIN, S.. **Cuerpoterritorio y epistemologías desde el sur**. Quito: Abya Yala, 2019.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, 2020. DOI: <https://10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993. 269 p.
- SOARES, D. Z.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Feminicídio: o lar como lugar do crime. In: SOARES, D. Z.; XIMENES, C. C.; GABRIEL, R. de C. S. (Org.). **O espaço da mulher no século XXI: vozes que gritam, vozes que se calam**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. 152 p. p. 11-20.
- SOARES, D. Z.; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. Cartografias das mortes de mulheres no Brasil entre os anos de 2010 e 2021. **Revista Presença Geográfica**, v. 10, p. 16-34, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn2175-9018.v10n1p16-34>.

org/10.36026/rpgeo.v10i3.7681.

SOARES, D. Z.; CERQUEIRA, G. K. X.; XIMENES, C. C.; MACHADO, S. M. T.; OLIVEIRA, Y. L.. Território e jurisdição: a dimensão espacial na aplicação da lei do feminicídio no Brasil. **Revista REGEO**, São José dos Pinhais, v. 16, n. 4, p. 1-20, 2025. Edição Especial. DOI: <https://10.56238/revgeov16n4-031>.

SOARES, D. Z.; CERQUEIRA, C. C. Meninas da periferia: percepções subjetivas de estudantes sobre as relações de gênero em bairros periféricos do município de Ariquemes-RO. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. Jan/Dez 20, p. 1199-1213, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-14.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

SOARES, D. Z. **Geografia do feminicídio**: uma abordagem decolonial, fenomenológica e empática sobre o crime contra o corpo-território feminino. 2025. 701 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2025. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/6659>. Acesso em: 23 mar. 2026.